

Arquivologia: a preservação da memória cultural

Archival Science: preserving cultural memory

JOSÉ IGNACIO RIBEIRO MARINHO

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

E-mail: josebrenatti@hotmail.com

ÂNGELA DA SILVA GOMES POZ

Doutoranda em Estudos de Literatura - Literatura Comparada (UFF)

E-mail: angelasgpoz@gmail.com

GISELDA MARIA DUTRA BANDOLI

Mestra em Cognição e Linguagem (UENF)

E-mail: bandoli.giselda@gmail.com

HELGA CARVALHO BAPTISTA

Mestra em Letras (UFJF)

E-mail: helgabapalmeida@gmail.com

LORENA MARTINS MORAES DE LIMA CARVALHO

Especialista em Docência do Século XXI (IFFluminense)

E-mail: lomoraes05@hotmail.com

Resumo: A Arquivologia é a ciência responsável por gerenciar todas as informações da sociedade e organizá-las para que possam ser registradas em arquivos. A memória cultural e literária de um povo constitui material indispensável para a construção da identidade cultural dos indivíduos. A Arquivologia apresenta-se, portanto, como responsável pelo acolhimento, preservação e disseminação dessa memória literária e cultural. A fim de demonstrar essa importância da Arquivologia na preservação da memória cultural, este texto apresenta um breve histórico sobre a Arquivologia; posteriormente, a relação entre literatura e memória cultural; e, na terceira seção, a ligação entre Arquivologia e memória. Utilizou-se como metodologia de pesquisa a revisão bibliográfica. A partir da pesquisa, foi possível identificar a escassez de trabalhos voltados para a temática, demonstrando a necessidade do desenvolvimento de novas pesquisas e discussões acerca do tema, a fim de desenvolver a Arquivologia como ciência e de demonstrar a importância do arquivista como profissional responsável pela preservação da cultura de um povo.

Palavras-chave: arquivologia; memória; literatura; identidade cultural.

Abstract: Archival science is responsible for managing all society's information and organizing it so that it can be recorded in archives. The cultural and literary memory of a people constitutes indispensable material for the construction of individuals' cultural identity. Therefore, Archival science is responsible for the reception, preservation, and dissemination of this literary and cultural memory. In order to demonstrate the importance of Archival science in the preservation of cultural memory, this text presents a brief history of Archival science; subsequently, the relationship between literature and cultural memory; and, in the third section, the connection

between Archival science and memory. A literature review was used as the research methodology. Based on the research, it was possible to identify the scarcity of works focused on the subject, demonstrating the need for the development of new research and discussions about the subject, in order to develop Archival science as a science and demonstrate the importance of the archivist as a professional responsible for preserving the culture of a people.

Keywords: archival science; memory; literature; cultural identity.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os arquivos documentais originam-se a partir da necessidade de a sociedade registrar costumes, crenças, tradições, dados financeiros, entre outros elementos do cotidiano. Estudos apontam que os arquivos tiveram origem na antiga civilização grega para documentar dados relevantes ao governo (OLIVEIRA; SALCEDO, 2022).

A Arquivologia surgiu da necessidade de atender a demandas administrativas que serviram como referência para o surgimento da História. A área se destacou por ressignificar a memória cultural da sociedade e por preservar documentos administrativos importantes.

Todo arquivo documental traz, na sua essência, traços da identidade cultural de um povo. Dessa forma, a Arquivologia e a memória estão diretamente relacionadas, uma vez que é por meio da memória documental que a literatura e a cultura de um povo são transmitidas por gerações.

Nessa perspectiva, algumas questões devem ser analisadas: “Como se deu o surgimento da Arquivologia?”; “Qual o papel da memória cultural na construção da identidade cultural?”; “Como a literatura influencia na construção da memória cultural de um povo?”; “Qual a relação entre Arquivologia e memória?”.

A fim de responder a tais questões, a pesquisa teve por objetivo apresentar a importância da Arquivologia na preservação da memória cultural. Para tal, fez-se necessário fazer um breve relato histórico sobre a Arquivologia; em um segundo momento, abordou-se a relação entre literatura e memória cultural; posteriormente, tratou-se da ligação entre Arquivologia e memória. Pretendeu-se ainda abordar a importância de estudos sobre a temática e a importância do arquivista como protagonista na preservação da memória literária e cultural de um povo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ARQUIVOLOGIA: BREVE RELATO HISTÓRICO

O objeto central da Arquivologia é o arquivo, que é constituído por informações produzidas por processos de trabalho organizados e estruturados de modo a facilitar a recuperação e o acesso, quando necessário. Trata-se de uma coleção de documentos produzidos e acumulados por pessoas, famílias, instituições e grupos sociais com o objetivo de registrar, de forma organizada, suas memórias. Tais memórias fazem parte da herança cultural, individual e coletiva de um povo (SILVA; PINHEIRO; FRAGOSO, 2020).

Araújo (2013, p. 52) aponta que “vários autores [...] a partir de achados arqueológicos, situam o surgimento dos arquivos há seis milênios, no Vale do Nilo e na Mesopotâmia”. Ainda que o registro de conhecimento da humanidade seja anterior a essa época, somente a partir do surgimento da escrita e da sedimentação dos povos que houve maior preocupação com a conservação dos registros, principalmente os contábeis, indicando, portanto, o início dos primeiros arquivos, criados de forma “ainda espontânea e intuitiva”.

No Egito Antigo, Grécia Clássica, Império Romano, nos mundos árabes e chinês do primeiro milênio e Idade Média na Europa, foram organizados vários arquivos relacionados a registros religiosos, políticos, contábeis, jurídicos, entre outros; entretanto, essas atividades não podem ser consideradas como Arquivologia, uma vez que não possuíam sistematização e consistência (ARAÚJO, 2013).

Na Antiguidade, por exemplo, os arquivos eram mantidos no endereço domiciliar dos magistrados superiores, os arcontes, homens que, além do poder político, da capacidade de fazer e representar as leis, tinham a responsabilidade pela guarda dos documentos oficiais, além de ter a competência de interpretá-los (TANUS, 2014).

A ciência conhecida atualmente como Arquivologia tem sua origem a partir do século XV, no período do Renascimento, emergindo do interesse pela produção humana, pelo estudo de sua história e desenvolvimento político e econômico e, ainda, pela preservação dos registros das mais variadas esferas sociais (ARAÚJO, 2013).

Importante mencionar que, antes da escrita, na cultura oral, ou seja, na pré-história, havia a figura do “homem-memória”. Esse indivíduo tinha a função de reter informações de toda natureza, construindo a memória da sociedade, da história objetiva e ideológica, sendo responsável ainda por manter a coesão do grupo. O “homem-memória” tinha a responsabilidade de manter a identidade do grupo que representava. A partir do desenvolvimento da escrita, esses indivíduos transformaram-se em arquivistas (TANUS, 2014).

A Arquivologia do século XVI era voltada para manuais e tratados de procedimentos guardados nas instituições responsáveis pela preservação das obras, que continham regras de preservação e conservação física dos materiais, para as estratégias de descrição formal das peças e documentos, descrevendo ainda aspectos sobre a procedência, legitimidade e características de tais peças (ARAÚJO, 2013).

No final do século XVIII, com a Revolução Francesa e os ideais da época, surge a perspectiva de Arquivos Nacionais, em que os documentos que continham dados da nação deveriam ser reunidos em um único local, formando assim grandes coleções – surgindo, então, os primeiros cursos profissionalizantes direcionados para a administração de arquivos (OLIVEIRA; SALCEDO, 2022).

A Arquivologia tornou-se efetivamente uma disciplina científica de âmbito independente somente no fim do século XIX, a partir de um processo gradual iniciado no Renascimento. Os primeiros arquivos surgiram a partir da necessidade de preservar os acervos documentais do governo. A produção humana da época era compreendida como um tesouro que deveria ser preservado, tornando-se objeto de uma corrente patrimonialista e memorialística (OLIVEIRA; SALCEDO, 2022).

No século XX, a função do arquivo foi direcionada para o aspecto cultural e pedagógico, “seguindo a linha funcionalista através de registros de história oral e etapas

envolvendo o diagnóstico, coleta, decisões, planejamento, uso, descrição, organização física e virtual". Nesta perspectiva, o arquivista desempenha a importante função "na construção da memória social, na autorreflexão, na capacidade de recuperar o contexto da produção dos documentos arquivistas" (SILVA; PINHEIRO; FRAGOSOS, 2020, p. 101).

Araújo (2013, p. 51) acrescenta que

[...] ao longo do século XX, as diversas pesquisas e teorias formuladas buscaram superar o caráter restritivo do primeiro modelo, explorando outras possibilidades e problematizações. Tais abordagens podem ser inscritas em quatro grandes eixos: estudos funcionalistas; críticos; voltados para os sujeitos; e estudos sobre representação.

Dessa forma, é possível compreender que, a partir do século XX, a Arquivologia ganhou uma nova roupagem, e os arquivos passaram a representar uma construção social, com traços mais fáceis de serem interpretados, deixando de ser apenas registro documental de difícil acesso e compreensão (ARAÚJO, 2013).

Oficialmente, a sistematização dos procedimentos teóricos na Arquivologia acontece em 1898, com a publicação do "Manual dos Holandeses", entretanto, como já mencionado, somente no século XX é que ganha caráter científico. O período pós Segunda Guerra Mundial representa importante avanço científico e tecnológico na produção de arquivos. Nesse período, surge então o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), no ano de 1948, e, em 1950, ocorre a realização do primeiro Congresso Internacional de Arquivos na cidade de Paris (SCHMIDT, 2012).

No Brasil, a partir dos anos de 1920 ocorre o desenvolvimento da Arquivologia com a criação das universidades, entretanto, ainda submissa aos padrões europeus e americanos. Cinquenta anos mais tarde, nos anos de 1970, com a consolidação do capitalismo no Brasil, a nova realidade social exigia profissionais qualificados para os arquivos e, em 1971, foi criada a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB). Anos mais tarde, em 1978, instituiu-se a Lei n. 6.546, de 04 de julho, que regulamentou a profissão de arquivista e estimulou a criação do curso de graduação em Arquivologia, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), embora no âmbito do Arquivo Nacional já existisse curso profissionalizante na área (SCHMIDT, 2012).

A "vinda" da Arquivologia para o campo científico deu-se no Brasil de forma tardia, ocorrendo por uma necessidade de aperfeiçoar e qualificar os profissionais que trabalhavam com documentos nos arquivos e ligados a questões relativas à administração pública. A partir desse momento, congressos, pesquisas e publicações na área começaram a ser desenvolvidas, acompanhando produções já existentes na comunidade internacional (SCHMIDT, 2012).

Nas décadas de 1980 e 1990, muitos periódicos e obras relacionados à teoria e à prática da Arquivologia foram produzidos, entre eles está "Arquivos permanentes: tratamento documental", de autoria de Heloisa Bellotto, que se apresenta como uma das repostas para as instituições arquivísticas que necessitavam de recursos técnicos e

financeiros, uma vez que os acervos, mesmo que históricos, não possuíam muitos parâmetros e organização de arquivos (BARROS, 2015).

Barros (2015, p. 186) aponta que “o desenvolvimento de uma bibliografia nacional demora a acontecer, e, na época da publicação citada, não existiam muitos manuais que abrangessem a disciplina como um todo e seus reflexos na organização”.

No ano de 1990, a autora Maria Odila Kahl Fonseca publicou em livro sua tese de doutorado, intitulada de “Arquivologia e Ciência da Informação: construção de marcos interdisciplinares”; como pode ser identificado pelo título, a autora buscou aproximar a Arquivologia e a Ciência da Informação. A partir dos anos 2000, a Arquivologia, de acordo com alguns autores, passa por um *boom* de desenvolvimento e muitos cursos de graduação são abertos, além de um processo de normatização da Arquivística, que, por conta dos documentos digitalizados e da produção eletrônica, tem exigido um esforço maior de seus profissionais na organização do material histórico (BARROS, 2015).

A tecnologia trouxe uma capacidade de armazenamento de informações ainda maior e como “armazenador coletivo de conhecimentos e testemunho do passado, o arquivo é memória em potência” (SILVA; PINHEIRO; FRAGOSO, 2020, p. 102). Nesse sentido, Arquivologia e memória estão diretamente relacionadas, visto que os arquivos são a memória de um povo.

2.2 MEMÓRIA CULTURAL: A LITERATURA COMO ARQUIVO HISTÓRICO

O termo “cultura” engloba um conjunto de significados, tradições, valores e crenças que, em conjunto, constroem a identidade cultural de um povo. De acordo com Santos (2018, p. 14), “Os elementos próprios de uma cultura conduzem o homem na reflexão de si mesmo e do povo a que pertence. Com os demais grupos, num encontro com outras culturas, existe o desafio de interagir com o outro, dialogando e interagindo”.

O contato com outros povos influencia na construção da identidade cultural, uma vez que essas culturas dialogam e interagem entre si, modificando alguns aspectos de uma e de outra. Rodrigues (2015 *apud* SANTOS, 2018) aponta que, na atualidade, devido à realidade globalizada, em que os povos mantêm contato quase contínuo com diversas culturas, há um processo de aculturação, em que uma cultura absorve e até mesmo adota costumes, valores e crenças de outra.

Ao longo da história, essas diversas culturas foram passadas de geração em geração e, a partir da escrita, os traços da identidade cultural dos povos passaram a ser documentados e arquivados, a fim de que gerações posteriores tivessem acesso mais fácil a esse conteúdo. Japiassu (2017) afirma que a memória arquivada em documentos ultrapassa a função de informar, dado que esta carrega traços culturais que irão influenciar gerações.

Santos (2018, p. 16) acrescenta que “a memória de um povo está diretamente ligada ao cotidiano vivido através de anos a fio. Os costumes e hábitos, tal como as visões de mundo de cada povo, têm suas bases milenares nos antepassados”. A memória-arquivo é, portanto, a maneira pela qual hábitos e ideias são transmitidos de geração a geração, de forma permanente.

Como já mencionado, a escrita possibilitou que essa memória cultural fosse passada para diversas gerações, vencendo a morte e resistindo ao tempo. A linguagem literária, por exemplo, é capaz de transportar traços culturais de cada época e permitir que diversas gerações tenham acesso a arquivos da época de seus antepassados (PIMENTA, 2012).

Santos (2018, p. 16) aponta que “a narrativa de memória discorre não sobre a autobiografia do personagem, mas está dentro da história de seu povo, sendo a sua voz a comunicação de todos, ressoando valores, símbolos significativos e crenças passadas de geração em geração”.

Segundo Vilarinho (2016), a literatura retrata um processo ficcional que traduz a realidade da sociedade. Elementos presentes na sociedade e na cultura de um povo são retratados no texto, imprimindo sentido ao discurso do escritor, que discorre sobre experiências vividas ou imaginadas.

Nessa perspectiva, a literatura (como fonte de representação da realidade e de transmissão da cultura de um povo) pode ser reconhecida como um elemento da memória. Portanto, texto literário e memória estão diretamente relacionados, entretanto não excluem nem neutralizam os textos históricos, uma vez que história e literatura estão interligadas (VILARINHO, 2016).

Dessa forma, Santos (2018, p. 17) aponta que “da materialidade do discurso oral e memorialístico tornam-se um dos acessos à busca do homem pela significação da sua existência no mundo e com o mundo, a partir da constante relação social que mantém com os outros no seu cotidiano”.

A literatura tem a função de narrar, contar uma história, de expor a história de um povo, de criar e ascender elementos míticos e culturais, que muitas vezes ficam esquecidos e apagados no sujeito pós-moderno (SANTOS, 2018).

Vilarinho (2016, p. 230) afirma que

[...] a produção literária nacional é rica e diversificada, representando várias faces estéticas e momentos sociais e históricos do Brasil. [...] o Brasil experienciou Barroco, Arcadismo, Modernismo entre outros. Todas as escolas, conforme suas orientações filosóficas, produziram prosas, crônicas, peças, contos, poesias recheadas de informações, de cores, de psicologias, de sobrenatural, de sentimentos. Essas são as marcas da herança patrimonial cultural para o país.

Corroborando essa ideia, Japiassu (2017) aponta que os textos literários, considerando seu caráter documental, trazem traços culturais indispensáveis para a construção da identidade cultural e são transmitidos pela memória-arquivo.

Pimenta (2012) argumenta que, nos textos literários, a articulação discursiva é particularmente rica. Por meio da literatura, os indivíduos têm acesso a traços culturais que atravessam o tempo, apresentando o passado e, ao mesmo tempo, influenciando o tempo presente.

De acordo com Antunes (2019), a memória cultural de um povo é de extrema importância para que o indivíduo compreenda seu lugar na sociedade e construa sua

identidade cultural. A autora salienta que “revisitar a memória cultural por meio da literatura torna-se indispensável ao homem, é uma necessidade básica para a sua sobrevivência” (ANTUNES, 2019, p. 193).

Os textos literários apresentam a funcionalidade e a importância que o sujeito lhes dedica – a partir do acesso à memória literária, o indivíduo é influenciado na construção presente de sua memória cultural. A escrita literária pode ser considerada, de certa forma, como uma exteriorização progressiva da memória. O escritor conta e reinventa a sociedade, a cultura e a si próprio para registrar em papel o passado e o presente, a fim de que gerações futuras possam acessar essas informações e construir seus significados e identidade cultural (ANTUNES, 2019).

Para Antunes (2019, p. 204),

[...] os estudiosos que se dedicam a compreender a literatura como memória cultural realçam a ligação que se estabelece entre o ontem e o hoje, modelando e atualizando de forma contínua as experiências e as imagens de um passado no presente, como recordação geradora de um horizonte de esperanças e de continuidade, memória cultural feita de tradições que identificam o “nós” e o projetam [...] tornando possível o futuro de um grupo real e vivo.

Nesse sentido, literatura e memória cultural estão diretamente relacionadas, sendo dependentes umas das outras para que sejam construídos novos relatos sobre a identidade de um povo. A literatura forma a memória cultural de um povo e também a reinventa, uma vez que influencia na construção de significados e na formação das identidades sociais e culturais (ANTUNES, 2019).

2.3 ARQUIVOLOGIA E MEMÓRIA: UMA RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL

A memória que é utilizada dentro da Arquivologia não pode ser apenas considerada como um relato social, uma vez que o arquivo não é basicamente memorialístico; um arquivo contém registros documentais que carregam traços culturais importantes para a construção da identidade de uma sociedade. Nessa perspectiva, o arquivista possui a função de “resgatador” da memória, como o protagonista na preservação dos registros de um povo, e, dentro da memória literária, da preservação de textos literários que contém a memória cultural de um povo (SILVA; PINHEIRO; FRAGOSO, 2020).

O arquivista é o agente da história, formador e organizador da herança cultural de um povo. Silva, Pinheiro e Fragoso (2020, 103) afirmam que

[...] a arquivologia pós-moderna corporificou-se em uma visão macro, ou seja, a função transcende a conservação, seleção e acessibilidade do patrimônio documental. Engloba um contexto mais amplo relacionado ao patrimônio, identidade, verdade e poder, através de

análises atreladas ao dever de memória contra o espectro do esquecimento.

A literatura é um segmento de importante expressão da cultura brasileira. A tradição de preservar os arquivos pessoais e obras de escritores vem de meados da década de 1980 e se intensificou ao longo dos anos. A Academia Brasileira de Letras (ABL), o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB) destacam a importância dos arquivos dos literatos aos preceitos arquivísticos, uma vez que estes possuem registros que contêm a memória literária do Brasil (CAVALHEIRO; TROITIÑO, 2013).

O acervo de Machado de Assis, preservado pelo Fundo Machado de Assis, mantém correspondências, discursos, obras literárias originais e fotografias do autor, mantendo “viva” a história desse escritor e, como consequência, a memória cultural do Brasil. Acervos pessoais de autores como Graciliano Ramos e Caio Prado Junior foram organizados e preservados para a divulgação científica e cultural, sendo utilizados como fontes primárias a pesquisadores de diversas áreas, entre as quais estão a Arquivologia, História e Literatura (CAVALHEIRO; TROITIÑO, 2013).

Na época do Modernismo, na década de 1930, intelectuais como Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade uniram-se e formaram acervos de escritores modernistas, a fim de preservar a memória cultural do país, preservando assim o patrimônio literário (SANTOS, 2019).

Embora a literatura seja um segmento forte da cultura brasileira, de acordo com Santos (2019) a preservação do patrimônio literário no Brasil aconteceu tardiamente. A autora aponta que a preservação desses arquivos se deu por volta dos anos de 1970 e 1980.

A instalação desses centros dedicados a organizar e preservar nossos arquivos literários situa-se basicamente no contexto dos anos 70 e 80 do século passado, marcado por uma intensa preocupação com os lugares da memória e, ao mesmo tempo, por forte pressão de mecanismos de amnésia social e histórica (SANTOS, 2019, p. 26).

Somente a partir dos anos de 1970 e 1980, os arquivos literários passaram a ser considerados como patrimônio literário, devido ao surgimento dos institutos de conservação públicos e privados e dos centros de pesquisas especializados no estudo de manuscritos, rascunhos e esboços das obras literárias que foram criados na época (SANTOS, 2019).

Segundo Cavalheiro e Troitiño (2013), desde meados de 1980 documentos provenientes do acervo pessoal de escritores como Clarice Lispector vêm sendo organizados e separados, seguindo a Teoria Arquivística. Os fundos pessoais estão sendo descritos, organizados e disponibilizados como fonte de pesquisa literária.

Cavalheiro e Troitiño (2013) afirmam que instituições ligadas à Arquivologia, como a ABL, IEB e AMLB são lugares de memória literária. A memória literária está presente em cada arquivo encontrado nessas instituições. Trata-se de “instituições

arquivísticas que custodiam arquivos de escritores das escolas da literatura brasileira” (CAVALHEIRO; TROITIÑO, 2013, p. 47).

Memória e história são termos distintos, entretanto, possuem elementos comuns, como a contextualidade e continuidade, e têm o passado como objeto central. De acordo com Silva, Pinheiro e Fragoso (2020, p. 104), “a memória procura preservar o passado para garantir o presente e o futuro, e desse aspecto da memória que a história se alimenta e cresce”.

Os arquivos, ainda que não sejam criados para fins de memória, finalizam-se a partir dessa perspectiva, uma vez que registram informações do passado relatando assim a história de um povo. A Arquivologia, por sua vez, tem um papel ativo na construção da memória social, uma vez que o arquivo é a memória cultural de um povo (SILVA; PINHEIRO; FRAGOSO, 2020).

Silva, Pinheiro e Fragoso (2020, p. 107) acrescentam:

Os arquivos são fontes potenciais para o contexto da consciência social dos sujeitos nas suas relações interpessoais, falar do arquivo, não enquanto lugar, apenas de uma “memória coletiva” é um passo importante da aplicabilidade desse termo na Arquivologia. Desse modo, o arquivo é um lugar risco para “recuperar” a memória que estão presentes nos registros documentais, uma vez que esses não têm diante de si (o sentido da historiografia ou da consciência histórica), ao contrário, o arquivo é o lugar, a condição de um campo de emergência social e que é fundamental para garantias fundamentais, como o direito de lembrar, provar e conhecer a produção de um contexto social.

Em síntese, quando se trata de Arquivologia, é necessário destacar que o profissional arquivista deve tratar o documento de forma adequada para que ele esteja disponível no acervo das instituições públicas ou privadas e para que se tenham a memória cultural, artística e literária preservadas (SANTOS, 2019).

3 METODOLOGIA

O presente trabalho correspondeu a uma investigação acerca da história da Arquivologia e da sua relação com a memória cultural, destacando a literatura como principal fonte de referência cultural. Entre seus procedimentos técnicos, adotou-se pesquisa bibliográfica e levantamento de dados.

No método dedutivo, a pesquisa propõe-se a explicar o funcionamento da realidade através de teorias e hipóteses. Lakatos e Marconi (2010, p. 92) apontam que “todo argumento dedutivo reformula ou enuncia de modo explícito a informação já contida nas premissas”, ou seja, traz como propósito a explicação do conteúdo das premissas.

Como procedimento, adotou-se o comparativo, que pretende, considerando as semelhanças e diferenças, compreender o comportamento humano. Nessa perspectiva,

a pesquisa pretende investigar, a partir de uma comparação, como a Arquivologia é importante para a preservação da memória cultural de um povo, a partir do arquivo de sua literatura escrita.

Quanto aos procedimentos, inicialmente foi realizada a pesquisa bibliográfica sobre o tema proposto, de forma a apresentar um pouco do conceito e história da Arquivologia. Posteriormente, foi exposto como se dá a construção da memória cultural de um povo através da literatura e ainda a relação entre Arquivologia e memória cultural. Segundo Antonio Carlos Gil (2008, p. 50):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Para este levantamento bibliográfico, foram utilizados sites de pesquisa acadêmica, além de revistas científicas, trabalhos acadêmicos e artigos (no idioma português) que tratassem da temática “Arquivologia e memória”.

Quanto aos objetivos, a maior parte das pesquisas exploratórias abrange levantamento bibliográfico e documental, além da análise de modelos que levem à compreensão dos fatos. Já as pesquisas descritivas objetivam descrever características e fenômenos de determinada população, o que requer do pesquisador o levantamento de uma gama de informações sobre o que está sendo estudado (GIL, 2008).

Dessa forma, a etapa final da pesquisa buscou apresentar uma discussão sobre a importância da Arquivologia na construção da memória cultural de um povo, tendo como base sua produção literária.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As referências bibliográficas consultadas demonstraram que a Arquivologia só foi considerada como ciência no Brasil a partir dos anos de 1970, com a instituição da Lei n. 6.546, de 04 de julho de 1978, que regulamentou a profissão de arquivista e estimulou a criação do curso de graduação em Arquivologia, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), embora já existissem cursos profissionalizantes na área.

A Arquivologia consiste na ciência que gerencia todas as informações que possam ser registradas em documento de arquivos, e o estudo nos fez refletir sobre sua função na construção da memória cultural brasileira.

Quando pensamos na Arquivologia, devemos pensar em como o profissional da área deve trabalhar com o documento, a fim de dar sentido a ele. Os arquivos literários, por exemplo, carregam a memória literária e cultural do país e, no Brasil, por exemplo, a produção intelectual vem crescendo e exigindo que instituições invistam em profissionais de Arquivologia para que seus acervos literários sejam transformados em laboratórios de pesquisa documental (PIMENTA, 2012).

A Biblioteca Nacional possui mais de 900 mil manuscritos de documentos, além de arquivos pessoais de autores como Lima Barreto, Carlos Drummond de Andrade, Álvares de Azevedo, dentre outros – os originais são datados desde o século XI até os dias de hoje. Outro espaço importante de memória literária cultural brasileira é a Fundação Casa de Jorge Amado, fundada em 1986, abrigando arquivos do escritor baiano (SANTOS, 2019).

Ao longo da história, a Arquivologia trouxe um tratamento mais especializado e cuidadoso em relação aos arquivos da história do Brasil e atualmente há uma preocupação maior com a preservação dos arquivos e documentos que fazem parte da cultura nacional.

Arquivo e memória estão diretamente relacionados, uma vez que os arquivos são a memória de um povo. Os documentos arquivísticos permitem que as gerações posteriores tenham acesso à sua memória cultural, fatos, costumes, crenças, entre outros elementos registrados em documentos que constituem o arquivo-memória.

Nessa perspectiva, o arquivo é uma instituição, atuando como elemento de uma estrutura social que reflete a cultura que a gerou, ou seja, o arquivo representa os valores, crenças e padrões de uma sociedade e contribui para que esses traços culturais sejam preservados e disseminados para a própria cultura (OLIVEIRA; SALCEDO, 2022).

Arquivo e memória, conforme exposto em vários momentos do estudo, constituem uma estreita relação, uma vez que profissionais e instituições arquivísticas associam frequentemente esses dois elementos. Atualmente, há uma preocupação ainda maior com a memória, devido à velocidade com que as informações surgem na comunicação on-line.

Até a literatura passou a ser “divulgada” de forma virtual, o que pode gerar preocupação com a prática dos arquivistas, bem como com o papel cultural da memória até então preservada em papel.

Em suma, a memória literária e cultural do Brasil deve ser compreendida como uma ferramenta importante para a preservação da história e construção da identidade cultural de um povo. Nesse sentido, a Arquivologia e o profissional da área devem ter consciência de sua importância e trabalhar para desenvolver um processo de avaliação e preparo dos arquivos, de forma que desperte interesse social e tornem esses arquivos mais acessíveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste trabalho possibilitou a ampliação do conhecimento sobre a Arquivologia e sobre a memória cultural de um povo, demonstrando, ainda, que a Arquivologia (como ciência) se deu tardiamente no Brasil. Foi possível compreender a importância do profissional arquivista, uma vez que ele é indispensável no tratamento dos documentos que carregam a memória cultural de uma nação.

Mais do que apresentar a história da Arquivologia, o estudo buscou demonstrar a importância da memória literária na construção da identidade cultural de um povo e como a memória cultural está relacionada com a Arquivística.

A literatura, como narrativa de uma época e de um estilo, é responsável por demarcar características culturais de cada momento histórico, servindo, portanto, como

acervo documental da sociedade. Os documentos funcionam como disseminadores da cultura de um povo, mas a memória literária e cultural é que proporcionam que tais arquivos sejam preparados e preservados pela Arquivologia.

Arquivos que contenham manuscritos, anotações, cartas, fotografias, objetivos pessoais e obras literárias são de extrema importância para o âmbito acadêmico, além de desempenhar papel fundamental na preservação da memória cultural de um povo e na construção da identidade cultural das gerações posteriores.

A pesquisa em acervos literários faz com que o indivíduo reflita sua posição na sociedade. Acessar arquivos literários, para o público em geral, representa uma forma de lazer, entretanto, para o pesquisador representa fonte inesgotável de conhecimento sobre a cultura de um povo.

Importante destacar a escassez de estudos voltados para a temática da memória cultural e Arquivologia, ainda que, como identificado no estudo, os dois elementos estejam intimamente ligados. Nesse sentido, faz-se necessário que novas pesquisas sejam elaboradas, a fim de contribuir como fonte bibliográfica de pesquisa, bem como ponto de reflexão sobre a importância da Arquivologia e da memória literária como elemento de construção da identidade cultural de um povo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, L. M. A construção da memória cultural por meio da literatura: alguns aspectos. **Pro-Posições Culturais**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 189-211, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330856978_A_construcao_da_memoria_cultural_por_meio_da_literatura_alguns_aspectos.

ARAÚJO, C. A. A. Epistemologia da Arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 42, n. 1, p. 50-63, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v42i1.1394>.

BARROS, T. H. B. **Uma trajetória da Arquivística a partir da análise do discurso: inflexões histórico-culturais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. (Coleção PROPG Digital - UNESP). Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/138613>.

CAVALHEIRO, M.; TROITIÑO, S. Arquivo e literatura: perspectivas de acesso e difusão literária no Brasil. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 1, ed. especial, p. 45-52, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/17136>.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JAPIASSU, R. C. **Usos e apropriações da memória: documentos arquivísticos em centros de memória do Judiciário Federal Brasileiro**. 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/10860>.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, D. A. de; SALCEDO, D. A. Reflexões sobre a arquivologia brasileira e sua vertente social na contemporaneidade. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 21, n. 1, p. 77-87, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2526-6160v21n1.2022.5>.

PIMENTA, M. F. T. **Arquivos literários, lugares da memória**: o caso do acervo de escritores mineiros da UFMG. 2012. 102 f. Dissertação (Mestrado em Letras), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/ECAP-8VTHCH>.

SANTOS, S. D. dos. **Literatura infantil e memória cultural**. 2018. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura), Departamento Acadêmico Linguagem e Comunicação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/18961>.

SANTOS, S. S. dos. **Abordagens na produção acadêmica e científica no Brasil**. 2019. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia), Escola de Arquivologia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.unirio.br/arquivologia/arquivos/monografias/SANTOS-%20Suzanny%20Santana%20dos.%20Arquivos%20literarios%20abordagens%20na%20producao%20academica%20e%20cientifica%20no%20Brasil.%2068f.%20Monografia%20-Graduacao%20em%20Arquivologia-%20Escola%20de%20Arquivologia-%20Universidade%20Federal%20do%20Estado%20do%20Rio%20de%20J.pdf/view>.

SCHMIDT, C. M. dos S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico**: concepção, trajetórias, contextualizações. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.27.2012.tde-02072013-170328>.

SILVA, L. E. F. da; PINHEIRO, M. de O.; FRAGOSO, I. da S. Dentro ou fora da memória? O arquivista da memória e a capacidade antidota do fazer lembrar. **RACIn**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 99-110, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/141392>.

TANUS, G. F. de S. C. O lugar do arquivo pessoal nos cursos de Arquivologia do Brasil. **ÁGORA: Arquivologia em Debate**, Florianópolis, v. 24, n. 48, p. 5-25, 2014. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/465>.

VILARINHO, M. C. Literatura machadiana: um dos patrimônios culturais do Brasil e elemento de memória da população negra oitocentista. **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 228-234, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/mos.v9i2.5037>.